



## ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE Nº 21/2024

**DATA E HORA: 04/12/2024 - 9 Horas**

**Local:** Sala de reunião do IMPAS, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 306, Boa Esperança, Santa Luzia.

**Presentes:**

Presidente do IMPAS:

Helenice de Freitas

**Conselho Municipal de Previdência:**

Ivete Reis de Souza Raposo

Adriana Silva Caldeira

Rosana Lima Siqueira

Walderez Costa Drumond

Eurípedes dos Santos

Sheila Lisboa Guimarães

Claúdia Aparecida Andrade Alvarez

**Pauta prevista para a reunião:**

\* Apresentação e aprovação da Política de Investimentos

\* Assuntos/Informes gerais

Aos 04 dias do mês de dezembro de 2024, as 9h da manhã, reuniram-se na sede do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social – IMPAS, os membros do Comitê de Investimentos: HELENICE FREITAS, EURIPEDES DOS SANTOS e ROSANA LIMA SIQUEIRA. Esteve presente também, os membros do Conselho de Administração: ADRIANA SILVA CALDEIRA, CLAUDIA APARECIDA ANDRADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Helenice, Eurípedes, and Rosana.*



ALVAREZ, IVETE REIS DE SOUZA RAPOSO, SHEILA LISBOA GUIMARÃES e WALDEREZ COSTA DRUMMOND.

A pauta do dia foi a apresentação pelos membros do Comitê de Investimentos, da Política de Investimentos de 2025, para aprovação dos membros do Conselho de Administração.

A apresentação contextualizou o cenário econômico atual, as expectativas futuras e as estratégias projetadas. O cenário doméstico foi descrito como um momento de elevada incerteza fiscal, com destaque para o recente pronunciamento do Ministro Fernando Haddad, que reforçaram preocupações sobre o cumprimento de metas fiscais e o impacto disso sobre a confiança dos investidores. Além disso, as expectativas de inflação continuam acima da meta estabelecida pelo Banco Central, o que tem levado à necessidade de ajustes na taxa básica de juros (Selic). Na última reunião do Copom, realizada em novembro, houve uma decisão unânime de elevar a Selic em 0,5 pontos percentuais, alcançando 11,25%, com previsão de novo aumento na reunião de dezembro. Apesar desse ambiente, a economia brasileira permanece aquecida, com taxas de desemprego próximas de mínimos históricos, reforçando a resiliência da atividade econômica no curto prazo.

No contexto internacional, foram discutidos os efeitos da recente eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, cujas políticas podem impactar as cadeias globais de comércio e aumentar tensões geopolíticas. Por outro lado, foi destacado que a economia norte-americana apresenta sinais de desaceleração da inflação, com o Federal Reserve reduzindo a taxa de juros para 4,75%, e a expectativa de um novo corte na próxima reunião. Essa dinâmica externa pode trazer implicações tanto para os fluxos de capital quanto para as decisões de política monetária no Brasil.

A apresentação também explorou cenários alternativos que podem impactar os resultados de investimentos no próximo ano. No cenário otimista, espera-se que a inflação se mantenha dentro da meta, permitindo a redução gradual das taxas de juros no Brasil no segundo semestre, especialmente se a redução de juros nos Estados Unidos continuar. Além disso, projeta-se uma moderação no ritmo de crescimento dos gastos públicos, o que ajudaria a melhorar o quadro fiscal e reduzir a percepção de risco país. No cenário pessimista, por outro lado, é considerado o abandono do arcabouço fiscal, o que resultaria em um aumento significativo da dívida pública e, conseqüentemente, no custo de financiamento. Adicionalmente, o impacto de tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos e a intensificação de conflitos globais agravariam as condições para o crescimento econômico, tanto internamente quanto no exterior.

Por fim, foram apresentadas projeções de retornos e riscos para os diferentes cenários, com destaque para a necessidade de ajuste na alocação estratégica para mitigar os impactos negativos de eventuais choques econômicos. A análise reforçou a importância de adotar uma abordagem prudente e bem fundamentada, considerando as variáveis econômicas e políticas que influenciarão os mercados em 2025.

Diante de todo o exposto, a proposta de investimentos para 2025 separada por artigos da Resolução CMN nº 4.963/2021 é: ARTIGO 7, I, B: 7%; ARTIGO 7, III, A: 55%; ARTIGO 7, IV: 18%; ARTIGO 7, V, B: 4%;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' and 'S' and other illegible marks.]*





ARTIGO 8: 7%; ARTIGO 10: 8%; ARTIGO 11: 1%.

Foi demonstrado pelo Comitê de Investimentos os novos critérios para seleção de ativos ao longo de 2025, como: (i) somente poderá ser investido os recursos em fundos de gestores que façam parte de conglomerados bancários do segmento prudencial S1 e S2; (ii) somente poderá ser investido os recursos em fundos que possuam prazo mínimo de existência de 4 anos; (iii) somente poderá ser investido os recursos em fundos que possuam liquidez menor que D+30, para alocações em fundos com liquidez acima disso, somente será possível com um estudo de ALM; (iv) a compra de ativos de emissão bancária somente será possível desde que o emissor possua no mínimo um dos rating elencados no item 5.3 da Política de Investimentos, respeitando o percentual de acordo com a nota classificatória. O Comitê esclareceu que estas regras valem apenas para novos investimentos, os fundos que já estão na carteira poderão ser mantidos.

O Comitê de Investimentos esclareceu que a Política de Investimentos CONTÉM VEDAÇÕES EXPRESSA de alocação, como: INVESTIMENTO EM FIDC, FUNDOS DE DÍVIDA EXTERNA, INVESTIMENTO DIRETAMENTE NO EXTERIOR (exceto fundos BDR), FIP, MERCADO DE ACESSO, e EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.

Após a apresentação e esclarecimento de dúvidas, a Política de Investimentos foi submetida a votação dos membros do Conselho de Administração, que aprovaram o documento sem ressalvas. Os assuntos gerais apresentados ao CMP, presidente Helenice, foram referentes às tratativas da Cessão de servidores que foi finalizada com a cessão de 5 servidores ao IMPAS, pelo Município, através de TAC/Convênio/Plano de Trabalho; transmissão de otimismo em relação à reunião com a equipe de transição do novo Governo Municipal, ocorrida dia 02/12/2024 em relação às demandas do IMPAS.

O escritório de advocacia Avelar e Amaral responsável pelo relatório de auditoria do Fundo Osasco, se disponibilizou a propôr ação judicial contra o FUNDO OSASCO, a partir da movimentação feita pelos gestores do fundo e aprovado na Assembleia Geral do Fundo Osasco, ocorrida no dia 21 de novembro de 2024, onde houve a negociação e movimentação no Fundo Osasco, sendo propícia a ocasião, para qualquer atividade que possibilite ou não a recuperação dos recursos financeiros alocados no fundo citado num passado remoto; retorno aos segurados acerca dos requerimentos feitos no IMPAS, solicitando paridade com a nova carreira dos servidores ativos, sendo indeferidos a partir dos pressupostos legais apontados no Parecer Jurídico Nº 057/2024/PGM/CJCL; discussão acerca de possibilidade de prescrição quinquenal, onde não houve contribuição previdenciária em 2º cargo do servidor no período em que o mesmo ocupa cargo comissionado no 1º cargo, considera-se fazer consulta ao TCMG/Ministério da Previdência/Legislação para maior embasamento. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado e lido esta ata, que será assinada por todos os presentes.



Instituto municipal de previdência  
e assistência social de

**Santa Luzia**

# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

Presidente do RPPS: Helenice de Freitas

Presidente do Conselho Municipal de Previdência: Adriana Silva Caldeira

Presidente do Conselho Fiscal: Júlio Cassio Silva Abreu

Gestora de Recursos: Helenice de Freitas

CMP	Conselho Fiscal	Comitê de Investimentos
Claudia Aparecida de Andrade Alvares	Debora Rezende Fagundes Netto	Eurípedes dos Santos
Eurípedes dos Santos	Leila Mara Maciel	Helenice de Freitas
Ivete Reis de Souza Raposo	Marilene José de Sousa Machado	Rosana Lima Siqueira
Sheila Lisboa Guimarães	Silvana Andrade Paulino de Souza	Sonia Aparecida Araújo
Rosana Lima Siqueira	Sonia Aparecida Araújo	
Walderez Costa Drummond		

Última revisão do Comitê de Investimento: 25/11/2024

Aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência em 04/12/2024





Sumário

1. Introdução.....	4
1.1. Dados Gerais do RPPS.....	4
2. Política de Investimentos .....	5
3. Estrutura de Gestão .....	6
3.1. Conselho Municipal de Previdência.....	6
3.2. Conselho Fiscal.....	7
3.3. Comitê de Investimentos .....	9
4. Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão dos Recursos.....	10
4.1. Consultoria de Valores Mobiliários.....	10
4.2. Administração e Controladoria dos Empréstimos Consignados .....	11
4.3. Prestação de Serviço de Administração de Carteira.....	12
4.4. Demais Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão de Recursos .....	13
4.4.1. Critérios Para Credenciamento .....	13
5. Meta de Rentabilidade e Diretrizes Para a Gestão dos Recursos.....	14
5.1. Negociação e Precificação dos Ativos.....	14
5.2. Avaliação de Desempenho.....	16
5.2.1. Metodologias Para Avaliação de Desempenho .....	16
5.3. Avaliação de Risco.....	17
5.3.1. Metodologias Para Avaliação de Riscos .....	19
5.4. Plano de Contingência.....	20
6. Cenário Macroeconômico .....	21
6.1. Cenário Base Interno .....	21
6.2. Cenário Base Externo.....	28
6.3. Cenários Alternativos.....	30
6.4. Projeções dos Cenários.....	31
6.5. Segmentos de Aplicação.....	32
7. Estratégia de Alocação .....	34
7.1. Critérios de Seleção dos Ativos .....	35
7.2. Vedações e Limites.....	37
8. Considerações Finais .....	38

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

9.	Anexos .....	39
9.1.	Atestado de Credenciamento: Administrador, Gestor, Custodiante e Distribuidor .....	39
9.2.	Atestado de Credenciamento: Emissor de Renda Fixa .....	42
9.3.	Atestado de Credenciamento: Agente Autônomo de Investimento .....	44
9.4.	Atestado de Credenciamento: Fundo de Investimento .....	46

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

## 1. Introdução

### 1.1. Dados Gerais do RPPS

O Instituto de Previdência e Assistência Social, ou simplesmente "IMPAS", foi criado em 1999, através da Lei Municipal nº 2.101/99 e na presente data, está classificado como investidor geral.

A classificação está amparada pelo disposto na Instrução CVM 554/2014 e Portaria MTP 1.467/2022, onde define que os Regimes Próprios de Previdência Social classificados como investidor qualificado ou profissional devem apresentar cumulativamente;

- Certificado de Regularidade Previdenciário - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor;
- Possuir recursos aplicados, informados no DAIR do mês imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais) para ser considerado investidor qualificado ou R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais para ser considerado investidor profissional, e;
- Tenha aderido ao Pró-Gestão RPPS, e obtido certificação institucional em um dos níveis de aderência nele estabelecidos.

Considerando o disposto acima, o IMPAS, não atende as exigências mínimas, já que não possui pró gestão.

INFORMAÇÕES GERAIS	
Tipo de Plano	Previdenciário, sem segregação de massa
Patrimônio Líquido	183.781.869,50, outubro de 2024
Pró Gestão	Não Possui
Categoria de Investidor	Geral
Tipo de CRP	Judicial, validade 23/12/2024
Meta de Rentabilidade Para 2025	IPCA + 5,25%

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

IMPAS / SANTA LUZIA

**PROFISSIONAIS CERTIFICADOS**

Nome	Tipo de Certificação	Validade da Certificação
Adriana Silva Caldeira	CP RPPS CODEL I	07/01/2028
Helenice de Freitas	CP RPPS DIRIG I	27/03/2028
Júlio Cassio Silva Abreu	CP RPPS COFIS I	03/01/2028
Leila Mara Maciel	CP RPPS COFIS I	03/01/2028
Rosana Lima Siqueira	CP RPPS CGINV I	09/01/2028
Walderez Costa Drummond	CP RPPS CODEL I	19/02/2028

**DESEMPENHO DAS ALOCAÇÕES NOS ÚLTIMOS 5 ANOS**

Ano	Retorno na Competência	Meta de Rentabilidade
2019	11,30%	10,59%
2020	- 2,98%	10,79%
2021	- 1,26%	16,52%
2022	4,95%	11,52%
2023	12,17%	9,78%

Os atuais representantes do Conselho Municipal de Previdência e Conselho Fiscal foram nomeados através do Decreto nº 4.410 e Decreto nº 4.411, respectivamente. Ambos os decretos foram publicados no Diário Oficial do Município em 23 de setembro de 2024 e o mandato de cada representante possui validade de 2 (dois) anos a partir da data de publicação supra.

## 2. Política de Investimentos

A Política de Investimentos descreve a filosofia, as estratégias, restrições e práticas de investimento para alocação dos recursos garantidores do Plano de Benefícios. Ela é constituída por um conjunto de diretrizes de longo prazo, que visam à preservação e ao melhor desempenho dos ativos financeiros em associação com os riscos da carteira, sob um processo prudente de investimentos.

O horizonte desta Política de Investimentos limita-se à 31/12/2025, sendo possível sua revisão ao longo do ano de 2025, conforme previsto na regulamentação em vigor. Este documento busca assegurar:

- O claro entendimento por parte da diretoria, gestor de recursos, conselheiros, Entes e servidores vinculados, prestadores de serviços de qualquer natureza e órgãos reguladores quanto aos





objetivos, estratégias e restrições relativas aos investimentos deste Regime Próprio de Previdência Social;

- A existência de um instrumento de planejamento que permita identificar e definir claramente as necessidades e requisitos por meio de objetivos de retorno, tolerâncias a risco, liquidez, solvência e restrições de investimentos;
- A existência de critérios e objetivos racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias empregadas no processo de investimentos;

A presente Política de Investimentos e suas diretrizes atendem ao disposto no Capítulo VI, Seção II da Portaria MTP nº 1.467/2022 e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/202.

Na aplicação dos recursos correspondentes às reservas técnicas, provisões e fundos do plano são observados os princípios de segurança, rentabilidade, governança, solvência, liquidez e transparência.

O IMPAS zela por elevados padrões éticos e adota práticas de gestão para garantir o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos Entes vinculados e aos servidores públicos do Município de Santa Luzia, MG, bem como, seus eventuais pensionistas.

### 3. Estrutura de Gestão

A estrutura organizacional do IMPAS atende aos requisitos exigidos pela legislação vigente, as atribuições e competências de cada um dos conselhos da estrutura estão dispostas na Lei nº 2.644/2006 que dispõe sobre a reorganização do regime próprio de previdência dos servidores públicos do município de Santa Luzia, bem como, os regimentos internos de cada órgão colegiado.

#### 3.1. Conselho Municipal de Previdência

O Conselho Municipal de Previdência, ou simplesmente CMP, é a instância de deliberação e orientação superior do IMPAS. Suas responsabilidades estão estabelecidas na Lei nº 2.644/2006 e o Regimento Interno do CMP.

Os conselheiros reúnem-se ordinariamente com intervalo máximo de 90 dias entre reuniões e são responsáveis por: (i) estabelecer diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis ao Regime



Próprio de Previdência Social do Município de Santa Luzia; (ii) apreciar e aprovar a proposta orçamentária do IMPAS; (iii) organizar e definir a estrutura administrativa, financeira e técnica do IMPAS; (iv) conceder, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do IMPAS; (v) examinar as propostas de alteração de política previdenciária do Município; (vi) autorizar a contratação de empresas para a realização de auditorias contábeis e estudos atuariais ou financeiros e outras auditorias solicitadas pelo Chefe do Executivo; (vii) autorizar a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio do IMPAS, observada a legislação pertinente; (viii) aprovar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes pelo IMPAS; (ix) deliberar sobre a alienação ou gravame de bens integrantes do patrimônio imobiliário do órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Luzia; (x) decidir sobre a aceitação de doações e legados com encargos de que resultem compromisso econômico-financeiro para o órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Luzia, na forma da Lei; (xi) acompanhar e avaliar a gestão previdenciária; (xii) apreciar e aprovar, anualmente, os planos e programas de benefícios e custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Luzia; (xiii) apreciar e aprovar as propostas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Luzia; (xiv) acompanhar e apreciar, mediante relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Luzia; (xv) apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas; (xvi) deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Luzia;

Todas as decisões proferidas pelo CMP são publicadas no quadro de aviso e site do IMPAS, bem como, no Diário Oficial do Município – DOM.

### 3.2. Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, como o órgão fiscalizador dos atos dos administradores da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Luzia, instituído pelo artigo 69 B, da Lei nº 2.644, de 29 de março de 2006, com a redação da Lei Complementar nº 2.940, de 30 de dezembro de 2008.

Os conselheiros reúnem-se ordinariamente com intervalo máximo de 90 dias entre reuniões e são responsáveis por fiscalizar os atos praticados pelos diretores e Comitê de Investimentos do IMPAS,





## INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

principalmente, os relacionados à legalidade e à regularidade dos atos de gestão, em especial os financeiros e contábeis, na forma e abrangência definida na Lei nº 2.644/2006 e em seu Regimento Interno.

Para tanto, elenca-se as principais atividades: (i) Proceder, em face dos documentos de receita e despesa a verificação dos balancetes mensais, os quais são instruídos com os esclarecimentos devidos para encaminhamento ao Conselho Municipal de Previdência do Município de Santa Luzia; (ii) Encaminham ao Prefeito Municipal, anualmente, até o mês de março, com o parecer técnico as informações complementares que julgar necessárias, o relatório do exercício anterior da Diretoria Executiva, o processo de tomada de contas, balanço anual e o inventário a ele referente, assim como a relatório estatístico dos benefícios prestados; (iii) requisitam ao Presidente do IMPAS/SL e ao Presidente do Conselho Municipal Previdência as informações e diligências que julgam convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notifica-os para correção de irregularidades verificadas, apresentando ao Prefeito Municipal os relatórios dos acontecimentos; (iv) propõem ao Presidente do IMPAS/SL as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração; (v) pronunciam sobre a alienação de bens móveis e imóveis do IMPAS/SL, a ser submetida ao Prefeito Municipal; (vi) elaboram e aprovam o seu Regimento Interno, bem como suas alterações; (vii) examinam os atos dos administradores do IMPAS/SL e cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (viii) examinam a qualquer época, contas, livros, registros e outros documentos; (ix) emitem parecer sobre os balancetes, balanços, contas, atos da gestão econômico-financeira, inventários e demonstrativos financeiro-atuariais; sob orientação da assessoria jurídica, contábil/financeira e atuarial; (x) lavram em ata e pareceres, os resultados dos exames procedidos; (xi) relatam ao Conselho Municipal de Previdência do Município de Santa Luzia as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo as medidas necessárias; (xii) exercem outras atribuições conferidas em lei, bem como as necessárias ou correlatas ao fiel cumprimento de suas funções, ainda que não mencionadas, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativa; (xiii) deliberam sobre os casos omissos, no âmbito do Conselho Fiscal, obedecendo as regras aplicáveis ao IMPAS/SL; (xiv) acompanham a organização dos serviços técnicos e a admissão de pessoal; (xv) acompanham a execução orçamentária do IMPAS, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão; (xvi) examinam os benefícios previdenciários concedidos pelo IMPAS aos servidores e dependentes, caso necessário analisam a respectiva tomada de contas dos responsáveis.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Jes Reis' and other illegible marks.*



### 3.3. Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos foi instituído pela antiga Portaria nº 45/2018, ao qual foi revogada pela Portaria nº 31/2023. Compete ao Comitê de Investimentos assessorar, com embasamento técnico, a Diretoria Executiva e ao CMP do IMPAS, na tomada de decisões na área de investimentos dos recursos pertencentes aos planos de benefícios administrados. A estrutura garante a segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa. Seu funcionamento e atribuições estão definidas em seu Regimento Interno.

O órgão colegiado é composto por 4 membros e reúne-se mensalmente. O Comitê de Investimentos possui suporte da Consultoria de Valores Mobiliários quanto a elaboração de relatórios de análise econômica, consolidação do portfólio de investimentos, análises de riscos, análises de ativos financeiros, dentre outras atividades relacionadas aos investimentos do IMPAS.

Além da presidente e gestora de recursos, o Comitê de Investimentos é formado por representantes do Conselho Municipal de Previdência e Conselho Fiscal, onde, cabe a cada conselho nomear os seus representantes.

Dentre suas principais atividades, destaca-se: (i) elaboração da Política de Investimentos nos moldes do Art. 102 da Portaria MTP nº 1.467 para posterior aprovação do Conselho Municipal de Previdência, sem prejuízos de proposta de alteração da mesma ao longo do ano de competência; (ii) elaboração do edital de credenciamento de novas instituições financeiras e não financeiras, participantes do processo de custódia, distribuição, gestão ou administração de recursos interessadas em manter relacionamento com o IMPAS; (iii) aprovação do credenciamento de novas instituições financeiras e não financeiras, participantes do processo de custódia, distribuição, gestão ou administração de recursos, novos fundos e/ou produtos financeiros elegíveis para alocação do IMPAS; (iv) aprovação de movimentação financeira que extrapole 5% do patrimônio líquido do IMPAS, salvo exceção para pagamento de fornecedores, benefícios ou demandas judiciais; (v) acompanhamento e atualização a respeito do mercado financeiro e cenários macroeconômicos que possam impactar as alocações do IMPAS; (vi) acompanhamento e debates sobre o desempenho alcançado pelos investimentos de acordo com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos; (vii) elaboração de propostas e estratégias alternativas de alocação de recursos dentro dos limites da Resolução CMN nº 4.963/21, principalmente quanto as alocações com algum caráter de desenquadramento; (viii) sugestão quanto a contratação de prestadores de serviço e/ou estudos específicos relacionados ao processo de gestão e alocação

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





de recursos: (ix) sugestões ao Gestor de Investimentos a inclusão de assuntos na pauta das reuniões, podendo inclusive, apresentá-los extra pauta, se a urgência assim o permitir, e (x) análise de propostas de investimentos submetidas ao comitê de investimentos, bem como seus riscos potenciais.

#### 4. Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão dos Recursos

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.963/2021, poderá o IMPAS contratar prestadores de serviços relacionados à gestão dos recursos, desde que respeitado as seguintes premissas:

- Seja pessoa jurídica, e, quando aplicável, seja observado as especificações da Comissão de Valores Mobiliários;
- Não figure como emissor de ativos;
- Não atue na originação e estruturação de produtos investidos, exceto eventuais empréstimos consignados concedidos a partir dos recursos próprios do IMPAS aos seus servidores vinculados;
- Não receba qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudique a independência dos serviços prestados.

A seleção dos prestadores de serviços poderá ocorrer por meio de processo licitatório, contratação direta, credenciamento ou conforme a legislação aplicável.

##### 4.1. Consultoria de Valores Mobiliários

As empresas contratadas para assessoramento, análises, elaboração de relatórios ou fornecimento de qualquer outro tipo de informação que auxilie o processo decisório de investimentos do IMPAS, deverá atender cumulativamente os seguintes critérios: registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e registro no Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (CORECON-MG). Além dos registros mencionados, as empresas contratadas deverão comprovar:

- Aptidão para a execução da consultoria mediante apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público;
- Que possui equipe técnica composta por no mínimo 1 (um) consultor de valores mobiliários, com no mínimo uma das certificações financeiras reconhecida pela Comissão de Valores Mobiliários

*[Handwritten signature]*  
Santaluzia



descritas no anexo "A" da Resolução CVM nº 19/2021 e 1 (um) economista com registro no CORECON-MG;

- Que os profissionais fazem parte do quadro permanente da empresa, mediante cópia autenticada da carteira de trabalho, da Ficha de Registro do Empregado, contrato de prestação de serviços ou, em caso de sócios da empresa, cópia da Certidão Simplificada da Junta Comercial/Contrato Social ou livro de acionistas.

Compete à Consultoria de Valores Mobiliários, a elaboração de relatórios semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais de cenários econômicos.

Mensalmente, a consultoria deve elaborar relatórios gerenciais do portfólio, resumos do portfólio e apuração financeira das movimentações realizadas ao longo do mês imediatamente anterior de forma a subsidiar os membros do Comitê de Investimentos em suas reuniões.

Quando demandada por membros do Comitê de Investimentos, a consultoria poderá elaborar pareceres de ativos financeiros elegíveis para investimentos pelo IMPAS. A decisão de investimentos compete única e exclusivamente aos órgãos colegiados do IMPAS, mesmo que tenha parecer favorável da consultoria.

#### 4.2. Administração e Controladoria dos Empréstimos Consignados

Considerando que o empréstimo consignado realizado a partir dos recursos do IMPAS aos seus servidores vinculados é uma modalidade de investimento previsto na Resolução CMN nº 4.963, poderá o IMPAS contratar empresas para administração e controle da modalidade, desde que atenda cumulativamente os seguintes critérios: registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e registro no Conselho Regional de Administração de Minas Gerais (CRA-MG). Além dos registros mencionados, as empresas contratadas deverão comprovar:

- Aptidão para a execução da administração e controle de empréstimos consignados mediante apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público;
- Que possui equipe técnica composta por no mínimo 1 (um) administrador com registro no CRA-MG, 1 (um) atuário com registro MIBA, 1 (um) advogado com registro na OAB-MG, 1 (um) contador com registro no CRC-MG e 1 (um) economista com registro no CORECON-MG;





- Que os profissionais fazem parte do quadro permanente da empresa, mediante cópia autenticada da carteira de trabalho, da Ficha de Registro do Empregado, contrato de prestação de serviços ou, em caso de sócios da empresa, cópia da Certidão Simplificada da Junta Comercial/Contrato Social ou livro de acionistas;
- Que a empresa possua plataforma *on line* com curso de planejamento financeiro, no sentido de fomentar a educação continuada dos servidores vinculados ao IMPAS e evitar o superendividamento, conforme exigência da Lei nº 14.181/2021.

Compete a empresa de administração e controladoria dos empréstimos consignados, a elaboração de diretrizes de concessão de crédito, estudos técnicos de viabilidade dos empréstimos consignados, minutas de contratos de empréstimos e minutas de convênios com entes vinculados.

Mensalmente, a empresa deverá elaborar relatórios gerenciais, analíticos e contábeis das operações em aberto, de forma a subsidiar a diretoria executiva, conselhos e comitê de investimentos em suas reuniões.

Cabe à empresa, apenas a verificação de elegibilidade dos tomadores. A decisão de emprestar compete única e exclusivamente à diretoria executiva do IMPAS.

É vedado à empresa assediar ou pressionar os servidores para tomar crédito, de forma expressa ou implicitamente, por meio de telemarketing, de forma publicitária ou não.

#### 4.3. Prestação de Serviço de Administração de Carteira

O IMPAS irá adotar o modelo de gestão próprio, onde as aplicações serão realizadas diretamente pelo gestor de recursos em conjunto com o Comitê de Investimentos.

Entretanto, em caso de alteração desta Política de Investimentos para adoção do modelo terceirizado ou misto, a contratação de prestadores de serviço de gestão recairá sobre empresa autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil, além de comprovar:

- Que possui política de gerenciamento de riscos consistente e passível de verificação;
- Que possui meios de fundamentar efetivamente o processo decisório de investimentos, e, quando aplicável, que considere os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos;



- Que adquirirá somente ativos compatíveis com esta Política de Investimentos e com o passivo atuarial deste RPPS;
- Que cumpra os limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.963, os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento deste RPPS, bem como, atenda as exigências da Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil;
- Que possua recursos humanos, computacionais e estrutura adequados e suficientes para prestação dos serviços de administração de carteiras.

Mensalmente, a administradora de carteira deve elaborar relatórios gerenciais do portfólio, resumos do portfólio e apuração financeira das movimentações realizadas ao longo do mês imediatamente anterior de forma a subsidiar os membros do Comitê de Investimentos em suas reuniões.

Quando demandada por membros do Comitê de Investimentos, a administradora de carteira deverá elaborar pareceres sobre os investimentos realizados e fornecer qualquer documentação adicional demandado pela diretoria executiva.

A contratação do serviço de carteira administrada deverá ser mediante processo licitatório.

#### 4.4. Demais Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão de Recursos

Os demais participantes diretos ou indiretos relacionados ao processo de investimentos do IMPAS, tais como: agente autônomo de investimento, gestoras de recursos vinculadas à fundos investidos, administradoras de recursos vinculadas à fundos investidos, custodiantes e distribuidores, deverão ser credenciados previamente a qualquer aplicação financeira, devendo estes credenciamentos, possuírem validade de no máximo 24 meses.

##### 4.4.1. Critérios Para Credenciamento

Para serem credenciadas, será observado no mínimo critérios como o histórico e a experiência de atuação da instituição, o volume de recursos sob gestão, administração, distribuição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, o padrão ético, de conduta e no caso de gestores de recursos, a aderência da rentabilidade dos investimentos à indicadores de desempenho. Outros pontos que serão considerados:

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'reis' and other illegible marks.*





INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

- Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- Possuir regularidade fiscal e previdenciária.

Além de atenderem os requisitos necessários da Resolução CMN nº 4.963, os prestadores de serviço deverão preencher os anexos desta Política de Investimentos, sendo:

- Para custodiante, distribuidor, administrador, gestor de fundo de investimentos, o Anexo I;
- Para emissores de ativos de renda fixa, o Anexo II;
- Para agentes autônomos de investimentos, o Anexo III.

O credenciamento do participante não obriga o IMPAS a alocar recursos junto à instituição credenciada.

## 5. Meta de Rentabilidade e Diretrizes Para a Gestão dos Recursos

O IMPAS irá adotar a atual meta atuarial como meta de rentabilidade para 2025. A princípio, não há relação entre a meta atuarial e o valor expresso como *benchmark* da política de investimentos, já que a primeira tem como padrão a taxa de juros a termo e a segunda deve refletir o resultado esperado da carteira no exercício.

Considerando que a meta atuarial é utilizada para descontar a valor presente todo o passivo atuarial e dimensionar o patrimônio mínimo necessário para cobertura dos compromissos ao longo do tempo, ela também será utilizada como meta de rentabilidade, qual seja, IPCA+ 5,25%.

### 5.1. Negociação e Precificação dos Ativos

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.963, as operações com ativos financeiros de renda fixa serão realizadas, preferencialmente, através das Plataformas Eletrônicas autorizadas pelos órgãos reguladores. Essa iniciativa tem como finalidade melhorar a eficiência na formação do preço justo, dar mais transparência e impessoalidade à negociação, dar mais segurança operacional e permitir maior controle nos registros da

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL****IMPAS / SANTA LUZIA**

operação. Para tanto, além das alocações feitas através da rede de agências bancárias, poderá este RPPS credenciar DTVM e CTVM para acessar tais plataformas.

Sobre a precificação dos ativos, será realizada da seguinte forma:

Segmento	Tipo		
	Mantidos até o vencimento	Marcados a mercado	Cotas
Renda Fixa	A precificação será determinada pela correção do valor principal, corrigido pela taxa contratada, calculada pró-rata e deduzidas as provisões. Um título somente poderá ser mantido até o vencimento se suportado por estudo atuarial, ALM ou legislação específica.	A precificação será determinada com base em fonte auditável e transparente comumente utilizada pelo mercado (p.ex.: [B]3, ANBIMA), de modo a reproduzir eficientemente o respectivo valor do título objeto da precificação.	A precificação será determinada pelo administrador do respectivo fundo e auditada por empresa especializada.
Renda Variável	N/A	A precificação será determinada considerando o valor de cotação do ETF em bolsa de valores.	A precificação será determinada pelo administrador do respectivo fundo e auditada por empresa especializada.
Estruturado e/ou Multimercado	N/A	A precificação será determinada considerando o valor de cotação do FII em bolsa de valores.	A precificação será determinada pelo administrador do respectivo fundo e auditada por empresa especializada.

Em situações de empréstimos realizados a partir dos recursos do IMPAS junto aos servidores vinculados, a precificação será através do saldo devedor, determinado considerando a taxa do empréstimo calculada pró-rata, registrando as entradas e saídas ocorridas no período.





## 5.2. Avaliação de Desempenho

O Comitê de Investimentos, em conjunto com o gestor de recursos, como forma de avaliar a evolução das aplicações e a diversificação do portfólio, examinará no mínimo três tipos de relatórios de forma mensal: apuração, resumo de carteira e relatório de investimentos.

- Apuração do Resultado Financeiro. Este relatório deverá apresentar as movimentações, os saldos inicial e final e o resultado obtido com cada ativo da carteira no decorrer do mês de referência do relatório.
- Resumo da Carteira de Investimentos. Este relatório deverá apresentar a composição da carteira do IMPAS por instituição financeira e por segmento de investimentos. Além de expor o histórico de rentabilidade e a evolução do patrimônio do IMPAS.
- Relatório Gerencial da Carteira de Investimentos. Este deverá ser um relatório completo que contenha informações sobre risco, retorno, composição e custos da carteira. De maneira detalhada, neste relatório será apresentado: (i) composição da carteira por ativos e por instituição; (ii) características de liquidez e custos dos ativos da carteira; (iii) informações sobre o desempenho e o risco dos investimentos; (iv) movimentações financeiras realizadas no decorrer do mês; (v) análise do enquadramento dos investimentos à legislação vigente; e, (vi) comentários do contexto econômico do mês de referência do relatório.

### 5.2.1. Metodologias Para Avaliação de Desempenho

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do portfólio serão: *Alfa de Jensen*, Índice de *Sharpe*, Índice de *Treynor* e o *Tracking Error*, ambos deverão ser expressos com valores mensais, nos últimos 3 meses e últimos 12 meses para melhor compreensão.

O *Alfa de Jensen* é uma medida do desempenho, indicando uma boa performance caso o coeficiente seja significativamente positivo. Valores próximos de zero (tanto positivos quanto negativos) são neutros, devendo ser desconsiderados. Um coeficiente significativamente negativo aponta que o risco do ativo não tem se convertido em maiores retornos.



Objetivos a Serem Perseguidos		
Mensal	3 Meses	12 Meses
Maior que 0,05	Maior que 0,05	Maior que 0,05

O *Índice de Sharpe* avalia o prêmio (retorno) obtido pelo portfólio para cada unidade adicional de risco (volatilidade) assumido. O valor do índice é dado pela relação entre o excesso de retorno obtido pelo portfólio sobre o ativo livre de risco (CDI) e a volatilidade do investimento. Valores positivos indicam que o risco incorrido pela carteira foi convertido em retorno, ao passo que valores negativos demonstram que o CDI superou a rentabilidade da carteira no período analisado.

Objetivos a Serem Perseguidos		
Mensal	3 Meses	12 Meses
Maior que 1	Maior que 1	Maior que 1

O *Índice de Treynor* é similar ao *Sharpe*, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da volatilidade do portfólio. Valores negativos indicam que o portfólio teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado.

Objetivos a Serem Perseguidos		
Mensal	3 Meses	12 Meses
Maior que 1	Maior que 1	Maior que 1

O *Tracking-Error* mensura a capacidade de um portfólio replicar seu *benchmark*, como referência, considerar-se à meta atuarial. Quanto menor for o valor deste índice, mais os retornos observados do investimento tendem a se aproximar da meta atuarial no período analisado.

Objetivos a Serem Perseguidos		
Mensal	3 Meses	12 Meses
Mais próximo de 0 (zero)	Mais próximo de 0 (zero)	Mais próximo de 0 (zero)

### 5.3. Avaliação de Risco

A avaliação, gerenciamento e acompanhamento dos riscos será feito por ativos e será executada de acordo com a legislação e com as diretrizes estabelecidas na presente Política de Investimentos. Os principais riscos a serem observados será o risco de mercado, crédito, liquidez e inflação.





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

- Risco de Mercado. Este risco se caracteriza-se pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes de flutuações adversas de mercado, que afetam os valores dos ativos financeiros do IMPAS.
- Risco de Crédito. O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de perdas financeiras resultantes de incertezas quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

O IMPAS adotará como critério de elegibilidade para aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, títulos que contenha *rating* de pelo menos uma das agências classificadoras elencadas abaixo, respeitando os limites a seguir:

Agência	Rating	Limite do Portfólio
Moody's	Aaa.br	Até 20%
S&P	brAAA	
Fitch	AAA(bra)	
Moody's	Aa1.br	Até 15%
S&P	brAA+	
Fitch	AA+(bra)	
Moody's	Aa2.br	Até 10%
S&P	brAA	
Fitch	AA (bra)	
Moody's	Aa3.br ou inferior	Até 3%
S&P	brAA- ou inferior	
Fitch	AA-(bra) ou inferior	

Além do *rating*, serão considerados na análise de risco de crédito dos títulos, o fluxo de caixa projetado dos emissores, as perspectivas para o negócio e para o emissor, assim como as características das emissões, tais como prazos, amortizações, juros e garantias.

Nos investimentos indiretos realizados por fundos de investimento, cujo gestor tem a discricionariedade da alocação, a avaliação será feita com base nas restrições e condições estabelecidas no regulamento ou mandato do fundo.

- Risco de Liquidez. O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da incapacidade de realizar uma transação no tempo necessário para cumprir com as obrigações do IMPAS, sem perda significativa de valor.

Para mitigar o risco de liquidez de curto prazo, o IMPAS manterá no mínimo 10% do portfólio em fundos referenciados DI e outros 40% do portfólio em fundos de qualquer natureza com liquidez em D+0.

AD. Reis  
A. Reis  
J. Reis



Para mitigar o risco de liquidez de longo prazo, somente será possível possuir acima de 50% do portfólio em fundos com liquidez diferente de D+0, a partir de estudos de *asset liability management* – ALM, de modo a compatibilizar o equilíbrio entre os investimentos e as obrigações do IMPAS.

- Risco Sistêmico. O risco sistêmico refere-se à possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, afetando amplamente a economia, com forte impacto sobre as taxas de juros, câmbio e os preços dos ativos em geral. É o risco de que um choque em uma parte limitada do sistema (a falência de uma grande instituição financeira, por exemplo) se propague por todo o sistema financeiro, levando a uma reação em cadeia de falências e à quebra do sistema. Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, o gestor de recursos do IMPAS realizará análises periódicas sobre as condições de mercado e cenários econômicos internos e externos, apresentando-as mensalmente ao Comitê de Investimentos. Ademais, as alocações dos recursos levam em consideração os aspectos referentes à diversificação de classes de ativos, visando mitigar a possibilidade de exposição do IMPAS em um evento de crise.

### 5.3.1. Metodologias Para Avaliação de Riscos

Os indicadores utilizados para mensuração dos riscos dos ativos serão: cálculo da volatilidade, cálculo do *Value at Risk* (VaR) e *Drawdown*, ambos deverão ser expressos com valores mensais e nos últimos 12 meses para melhor compreensão.

A volatilidade é o nome que se dá ao Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio.

Tipo do Ativo	Período analisado	
	No mês	12 Meses
Renda Fixa	Até 2%	Até 4%
Renda Variável	Até 5%	Até 10%
Multimercado	Até 3%	Até 5%





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

O VaR estima a perda máxima esperada para um investimento em um determinado horizonte temporal para dado nível de confiança. Neste caso, o VaR será estimado considerando a perda máxima em um dia com 95% de confiança.

Tipo do Ativo	Período analisado	
	No mês	12 Meses
Renda Fixa	Até 4%	Até 3%
Renda Variável	Até 7%	Até 15%
Multimercado	Até 5%	Até 4%

O *Drawdown* Auxilia a determinar o risco de um investimento ao medir seu declínio desde o valor máximo alcançado pelo ativo, até o valor mínimo atingido em determinado período. Para determinar o percentual de queda, o *Drawdown* é medido desde que a desvalorização começa até se atingir um novo ponto máximo, garantindo, dessa forma, que a mínima da série representa a maior queda ocorrida no período. Quanto mais negativo o número, maior a perda ocorrida e, conseqüentemente, maior o risco do ativo.

Tipo do Ativo	Período analisado	
	No mês	12 Meses
Renda Fixa	Até 4%	Até 8%
Renda Variável	Até 10%	Até 20%
Multimercado	Até 6%	Até 10%

De forma mensal, será calculado do *Beta*, ele mede o grau de risco não diversificável, ou risco de mercado, do portfólio. Posto de outra forma, é uma medida da sensibilidade da carteira em relação ao mercado como um todo. No cálculo do *Beta* será considerado o Índice Ibovespa como *proxy* para o mercado e o CDI como ativo livre de risco. Por fim de forma mensal também será elaborado um *Stress Test* do portfólio, compreendendo um período mínimo dos últimos 24 meses.

## 5.4. Plano de Contingência

Em situações em que os limites definidos tenham sido extrapolados, o gestor de recursos deverá convocar os membros do Comitê de Investimentos para deliberar sobre o resgate ou manutenção do ativo desenquadrado. Desse modo, são estabelecidos os seguintes procedimentos:



- Desenquadramento em relação aos limites de alocação ou demais exigências da Portaria CMN nº 4.963. Por meio da consolidação mensal do portfólio, será analisado o enquadramento dos investimentos em relação à legislação vigente e aos limites estabelecidos por essa Política de Investimentos. Desse modo, quando forem identificadas situações de desenquadramento, os responsáveis pela gestão dos recursos do IMPAS deverão apurar as causas para o desenquadramento, suspender a aplicação de recursos no ativo ou classe de ativo desenquadrados e tomar as medidas necessárias para o reenquadramento do portfólio. Em situações de desenquadramento passivo, o ativo poderá ser mantido no portfólio por até 150 (cento e cinquenta) dias. Desta reunião lavrar-se a uma ata circunstanciada e direcionada ao CMP informando a decisão e motivação do Comitê de Investimentos.
- Desenquadramento em relação as métricas de performance e risco. O gestor de recursos é responsável direto pelo acompanhamento e evolução das medidas empregadas. Caso seja identificada uma exposição excessiva a algum fator de risco, ou sejam observadas variações anormais ou a elevação dos fatores de riscos, o gestor de recursos deverá convocar uma reunião com o Comitê de Investimentos para a avaliação dos ajustes pertinentes na carteira. A sugestão de ajuste será proposta pelo gestor de recursos e submetida à votação do Comitê de Investimentos sobre o resgate ou manutenção do ativo, desta reunião, lavrar-se a uma ata circunstanciada sobre as decisões.

## 6. Cenário Macroeconômico

### 6.1. Cenário Base Interno

Os últimos meses têm sido turbulentos para a economia brasileira. O país atravessa uma fase especialmente complexa, marcada por intensos debates sobre as direções das políticas monetária e fiscal adotadas pelo atual governo. No que se refere à política monetária, o presidente Lula criticou repetidamente a atuação do Banco Central, com destaque para o presidente da instituição, Roberto Campos Neto. Lula argumenta que Campos Neto seria um "infiltrado" da administração anterior, agindo de forma contrária aos interesses do governo petista. No entanto, essa narrativa vem perdendo força, uma vez que quatro dos nove membros do Copom foram nomeados durante a atual gestão. Ademais, Gabriel Galípolo já foi aprovado para assumir a presidência do Banco Central a partir de janeiro de 2025. Na decisão mais recente do Comitê, a decisão de elevar a taxa

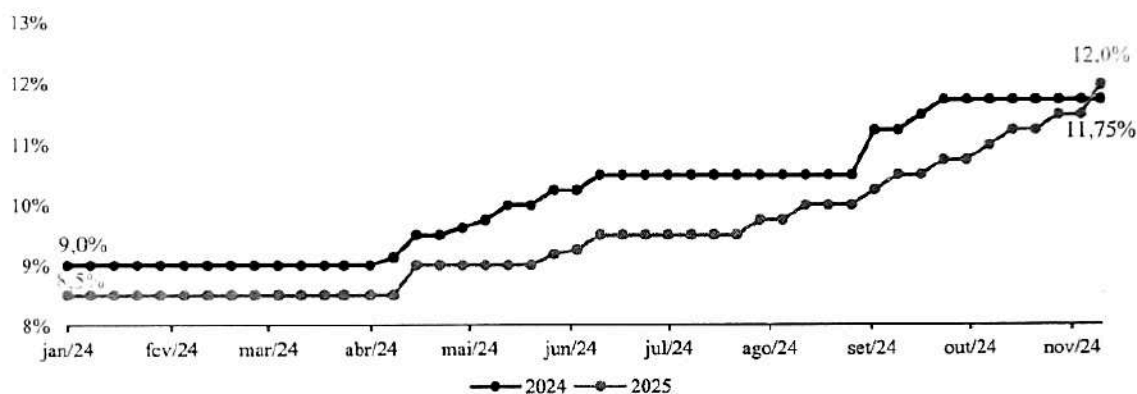




básica de juros em 0,5 ponto percentual, para 11,25% ao ano, foi unânime, contando com o apoio de todos os indicados pelo governo Lula.

No início de 2024, o Boletim Focus projetava uma taxa Selic de 9% para o final do ano. Contudo, o ritmo acelerado da economia, a inflação estourando o teto da meta e a crescente incerteza sobre o futuro das contas públicas levaram o BC a retomar o ciclo de elevação dos juros, uma medida que não era adotada desde o governo anterior.

Gráfico 1: Expectativa Selic

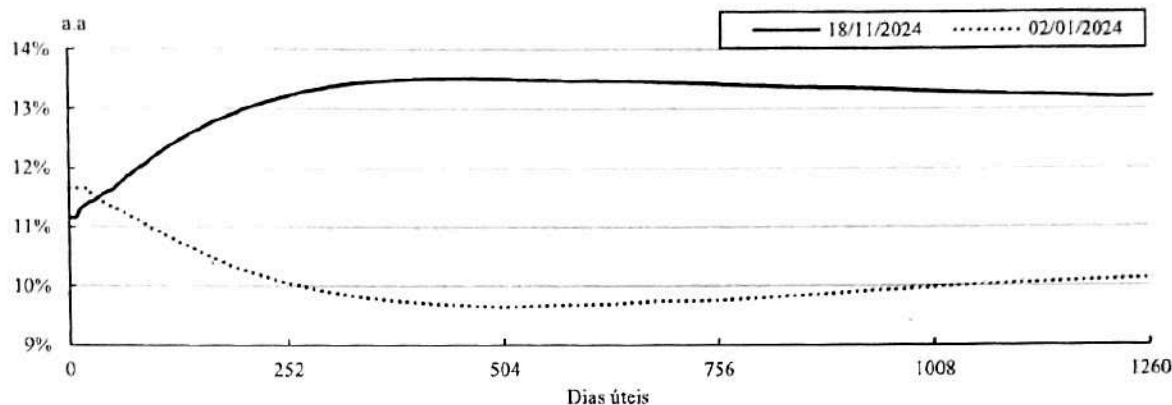


Fonte: Boletim Focus, elaborado por Mensurar Investimentos.

Esse aumento de juros esteve em linha com as expectativas do mercado para o curto e médio prazo. O cenário atual indica mais uma elevação de 0,5 ponto percentual na taxa de juros na última reunião do Copom em 2024. Esse movimento busca não apenas conter o ritmo da economia, mas também fortalecer a credibilidade de um Banco Central cuja diretoria, a partir de 2025, será predominantemente composta por indicados de Lula.

As taxas de juros futuras no Brasil apresentaram um aumento expressivo em todos os vértices, refletindo as preocupações mencionadas anteriormente. O gráfico a seguir compara a curva DI x Pré recente com a observada no início de 2024.

Gráfico 2: Curva DI x Pré

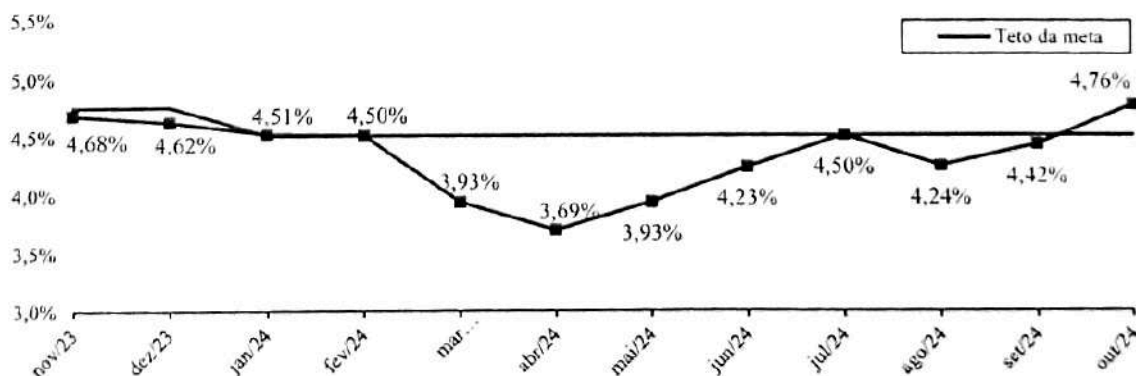


Fonte: B3, elaborado por Mensurar Investimentos.

Percebe-se que houve uma abertura da curva em todos os vértices, refletindo as incertezas quanto à saúde fiscal do país.

Em 2023, a inflação encerrou o ano em 4,62%, permanecendo dentro do teto estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A meta de inflação para 2024 é de 3%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, o que fixa o limite máximo em 4,5%. A inflação acumulada dos últimos 12 meses, medida pelo IPCA, está atualmente em 4,76%, após uma alta de 0,56% em outubro, superior aos 0,44% registrados em setembro. Com esse resultado, a inflação ultrapassa os limites da meta estabelecida pelo CMN, um dos fatores que contribuem para o ciclo de elevação da Selic.

Gráfico 3: Inflação acumulada de 12 meses



Fonte: IBGE, elaborado por Mensurar Investimentos.

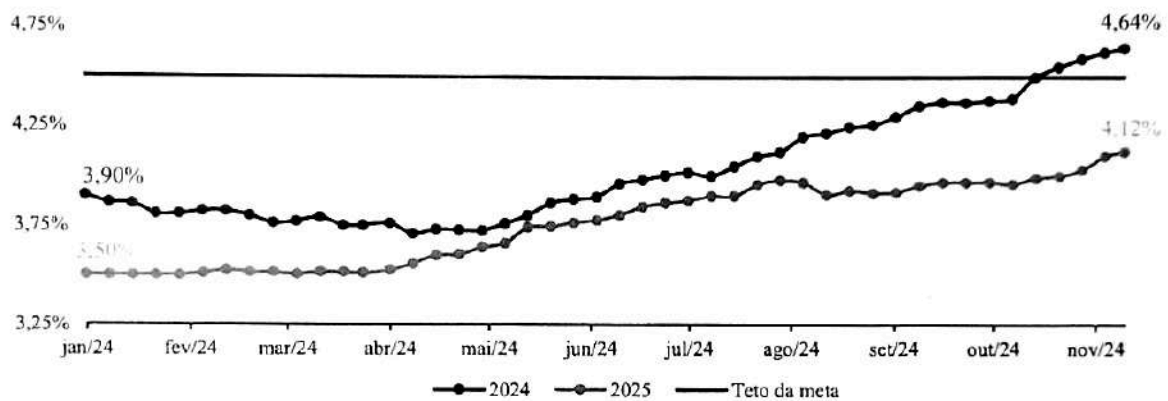
*Handwritten signatures and initials.*





A preocupação atual é que a meta de inflação não seja alcançada em 2024 e que o ano de 2025 já inicie com a inflação fora dos limites estabelecidos. A partir de 2024, a meta passará a ser perseguida de forma contínua, sendo considerada como descumprida caso a inflação permaneça fora dos limites por seis meses consecutivos. A figura abaixo mostra a evolução das expectativas de inflação para o final de 2024 e 2025, conforme o Boletim Focus.

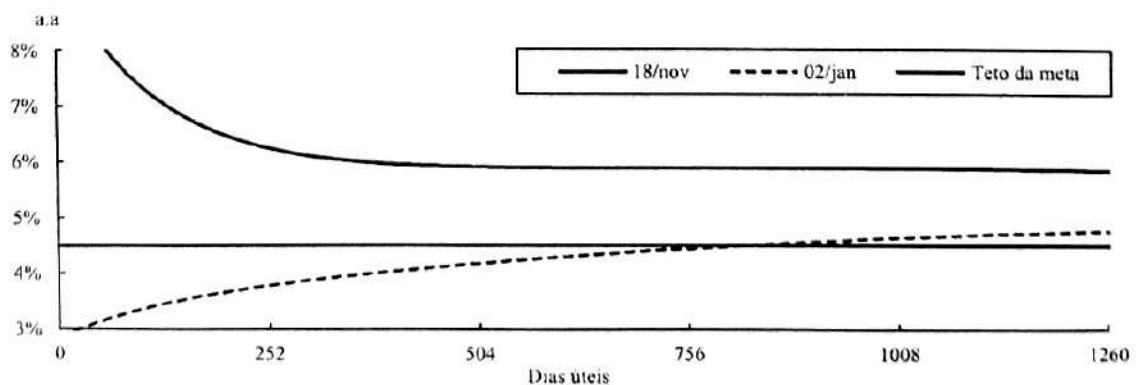
Gráfico 4: Expectativa IPCA



Fonte: Quantum Axis, elaborado por Mensurar Investimentos.

Já a figura abaixo apresenta a inflação implícita para os próximos cinco anos, destacando dois momentos distintos: o início do ano e o dado mais recente. Observa-se que, nesse período, a perspectiva inflacionária piorou em todos os vértices, permanecendo consistentemente acima dos limites da meta de inflação.

Gráfico 5: Inflação implícita



Fonte: Quantum Axis, elaborado por Mensurar Investimentos.

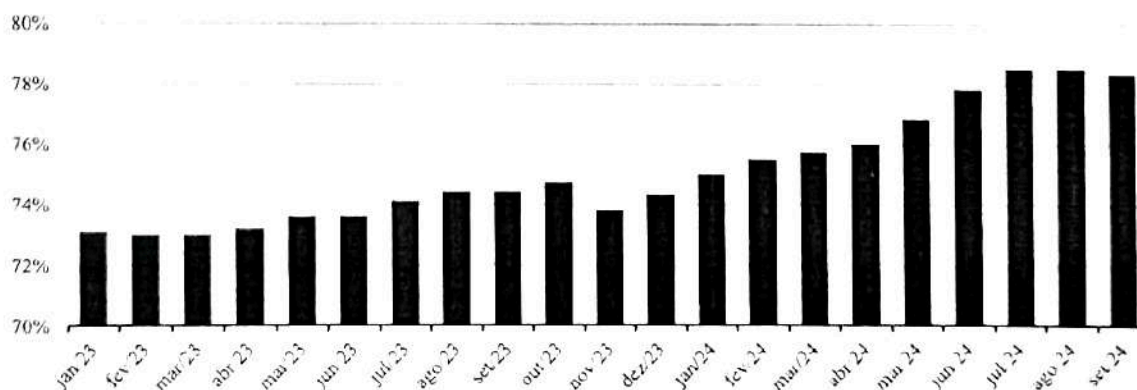
*Handwritten signatures and notes in blue ink.*



Num primeiro momento, havia incertezas sobre a postura do próximo presidente do Banco Central. As críticas de Lula à instituição fizeram o mercado recear uma possível interferência política, mesmo após a promulgação da Lei Complementar nº 179/2021, que garantiu a independência da Autarquia Federal. Contudo, a atuação de Gabriel Galípolo como diretor de política monetária e suas declarações mais firmes em defesa do cumprimento da meta de inflação trouxeram alívio ao mercado, que temia a indicação de um perfil mais alinhado à ala esquerda do Partido dos Trabalhadores. Aprovado com votação recorde no Senado, Galípolo já sinalizou que, por ora, o ciclo de contração monetária continuará.

Se, por um lado, a política monetária do Banco Central está em sintonia com o aquecimento econômico e a inflação próxima da meta, por outro, a política fiscal do governo tornou-se uma preocupação crescente. Os gastos públicos mantêm-se em ritmo acelerado, e, apesar do recorde de receita — com aumento real de 11,6% na arrecadação em setembro de 2024, comparado ao mesmo mês de 2023 —, as despesas continuam a crescer. De acordo com o relatório da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado Federal, a dívida pública deve atingir 80% do PIB em 2024 e alcançar 84,1% em 2026. O gráfico abaixo ilustra a evolução da dívida pública em proporção ao PIB desde o início do terceiro mandato de Lula.

Gráfico 6: Dívida bruta/PIB



Fonte: BCB, elaborado por Mensurar Investimentos.

O principal desafio da gestão atual é convencer o mercado de que o nível da dívida pública será estabilizado nos próximos anos. O Projeto de Lei Orçamentária de 2025 (PLOA) frustrou expectativas de um compromisso fiscal mais sólido. A meta de déficit zero depende de R\$ 166,5 bilhões em receitas extras, dos quais R\$ 46,7 bilhões precisam de aprovação no Congresso, além de cortes de despesas de R\$ 25,9 bilhões. Mesmo assim, as despesas primárias devem aumentar 7,1% (R\$ 159,4 bilhões), conforme o terceiro balanço



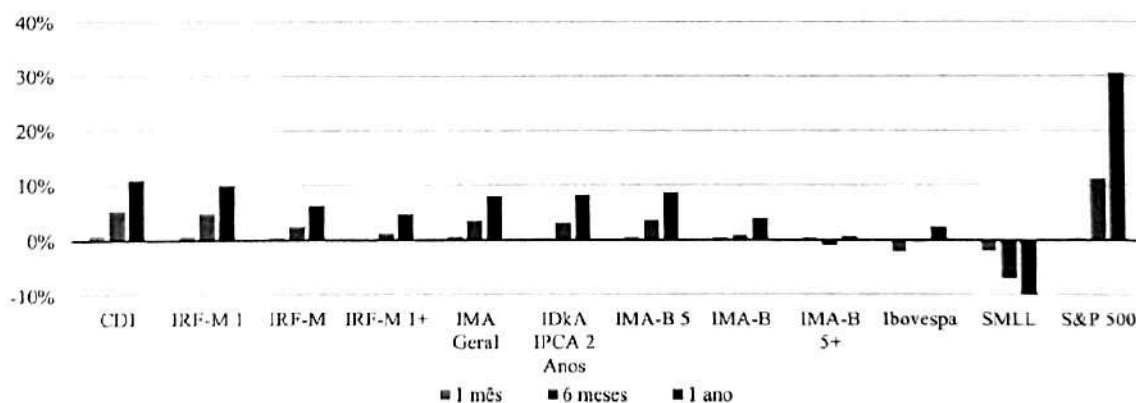


bimestral de receitas e despesas. Embora a receita líquida deva crescer 8,3% e a expansão econômica projetada seja superior à deste ano, a meta de déficit parece viável apenas no papel. Contudo, análises como a do Boletim Focus apontam para um crescimento do PIB abaixo de 2% no próximo ano. Esse otimismo excessivo lança dúvidas sobre a concretização das receitas e a viabilidade das previsões do PLOA, tornando a meta de déficit zero um grande desafio.

O descompasso entre uma política monetária contracionista e uma política fiscal expansionista eleva o prêmio de risco, o que explica a abertura da curva de juros de longo prazo e o consequente aumento do custo da dívida pública no Brasil. Nesse contexto, surge o risco de dominância fiscal, o que pode levar à desencorajamento das expectativas inflacionárias, comprometendo a estabilidade de preços.

O gráfico a seguir apresenta o desempenho dos principais benchmarks do Brasil nos últimos 12 meses. Note que como reflexo do período conturbado, a maior parte dos benchmarks de renda fixa superaram o Ibovespa nos três períodos analisados. De fato, o risco político associado ao descontrole fiscal e a perspectiva de novas elevações da taxa Selic reforçam a atratividade da renda fixa no cenário atual.

Gráfico 7: Retornos dos principais *benchmarks*<sup>1</sup>



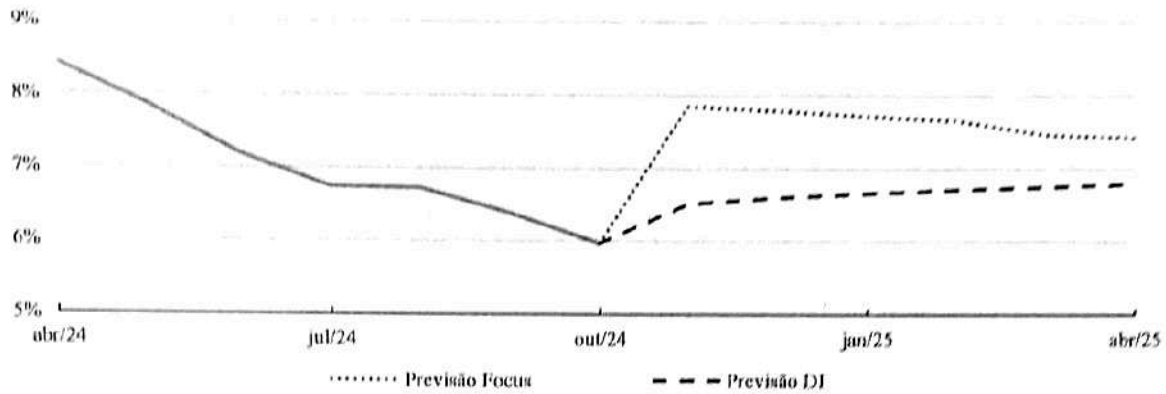
Fonte: Quantum Axis, elaborado por Mensurar Investimentos.

Ainda no campo favorável à renda fixa, o gráfico a seguir apresenta a projeção dos juros reais para os próximos 12 meses, com base nas expectativas dos contratos de DI futuro e do Boletim Focus. Observa-se que os juros reais tendem a se manter consistentemente acima de 6% ao ano ao longo do período analisado.

<sup>1</sup> Data de referência: 18/11/2024.

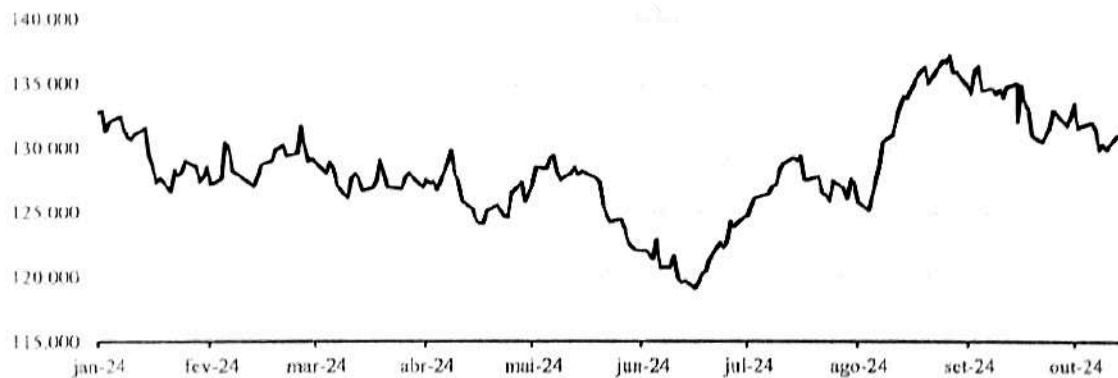


Gráfico 8: Juros reais<sup>2</sup>



Fonte: BCB e B3, elaborado por Mensurar Investimentos.

Gráfico 9: Ibovespa em 2024



Fonte: Quantum Axis, elaborado por Mensurar Investimentos.

Neste contexto, não haveria necessidade do RPPS incorrer em maiores riscos de mercado para alcançar a meta atuarial, uma vez que, *ex-ante*, a taxa de juro real permanece consistentemente acima do limite da taxa de juro parâmetro estabelecido pela SPREV.

<sup>2</sup> A previsão Focus calcula os juros *ex-ante* com base nas expectativas do Boletim Focus para as top 5 instituições de longo prazo. Já a previsão DI calcula os juros *ex-ante* considerando a taxa nominal do Depósito Interbancário (DI) de 1 ano como juros e a inflação implícita para o próximo ano como medida de inflação.





## 6.2. Cenário Base Externo

Nos Estados Unidos, a taxa básica de juros permaneceu estável entre 5,25% e 5,50% desde julho de 2023. Indicadores que apontavam para uma atividade econômica robusta, mercado de trabalho aquecido e inflação persistente nos primeiros meses do ano adiaram o início do ciclo de redução dos juros. No entanto, dados recentes sugeriram uma desaceleração maior do que o esperado, intensificando temores de uma recessão. Em resposta, o Fed surpreendeu parte do mercado ao iniciar o ciclo de afrouxamento monetário com uma redução de 0,5 ponto percentual, superando a expectativa de 0,25 p.p., sendo a primeira vez desde 2005 que um membro votante do comitê divergiu da decisão. Na reunião de novembro, o comitê optou por reduzir os juros novamente, dessa vez em 0,25 p.p. para o intervalo entre 4,5% e 4,75%. O Fed projeta uma taxa de 4,4% até o final de 2024 e 3,4% para o final de 2025.

Após o susto com alguns dados que indicavam desaceleração do mercado de trabalho, os dados mais recentes fizeram o mercado inclinar para a tese do “pouso suave”, termo para descrever o esforço de reduzir a inflação sem causar maiores impactos na atividade econômica.

O aumento no diferencial de juros entre o Banco Central brasileiro e o Fed sugere um possível alívio para o câmbio, contudo, as condições internas da economia brasileira impedem que essa expectativa se concretize. Com o cenário atual de redução dos juros nos EUA e alta dos juros no Brasil, uma correção na política fiscal poderia valorizar o real frente ao dólar. Portanto, alocações em fundos de BDRs e/ou S&P poderiam considerar a proteção cambial (hedge) como uma estratégia adequada.

Por fim, é importante destacar a eleição de Donald Trump como o próximo presidente dos Estados Unidos. O republicano retorna à Casa Branca em 2025 com uma votação histórica e, caso se concretize uma maioria republicana na Câmara e no Senado, poderá governar com maior liberdade para implementar suas políticas, especialmente a agenda econômica de elevação de tarifas sobre produtos importados, com foco particular nos bens oriundos da China. Essa política tem potencial para impactar significativamente tanto a economia dos EUA quanto a global, principalmente no que diz respeito à inflação. Como consequência, o Fed deve adotar uma postura mais cautelosa no ciclo de redução de juros, o que pode ser desfavorável ao Brasil, que depende de um diferencial de juros para estabilizar o câmbio e atrair recursos ao país.

Na China, o governo enfrenta crescente pressão para anunciar medidas de estímulo econômico mais robustas. Recentemente, Pequim lançou o maior pacote de estímulos desde o início da pandemia de Covid-



19, incluindo cortes nas taxas de juros de curto prazo e uma redução no índice de reservas obrigatórias dos bancos para o menor nível desde 2018, o que libera 1 trilhão de yuans em liquidez. O pacote também visa apoiar o setor imobiliário, com redução dos custos hipotecários e regras mais flexíveis para compradores de segunda residência, além da alocação de 800 bilhões de yuans para o mercado de ações. No entanto, o mercado considera essas medidas insuficientes para impulsionar significativamente a economia e combater os riscos de deflação. Atualmente, a China cresce a uma taxa de 4,6% ao ano, abaixo de sua meta de 5% para 2024. Embora tenha reduzido suas taxas de juros antes do Fed, a economia chinesa tende a responder de forma mais eficaz a instrumentos como a redução de compulsórios.

Na Europa, o Banco Central Europeu (ECB) reduziu os juros na última reunião, fixando a taxa de depósitos em 3,25%. Em setembro, a inflação anual na Zona do Euro, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI), foi de 1,7% no acumulado de 12 meses, marcando a primeira vez desde julho de 2021 que a inflação do bloco fica abaixo de 2%. O ECB vinha adotando uma estratégia de alternar entre cortes e manutenção da taxa de juros para uma redução gradual e avaliando com cautela os efeitos de cada decisão. Contudo, com a desaceleração mais acentuada da inflação, a autoridade monetária optou por realizar dois cortes consecutivos nas últimas reuniões, aproveitando o espaço para uma queda mais rápida dos juros. No Reino Unido, o Banco da Inglaterra também optou por reduzir os juros, para 4,75% ao ano na última reunião. A Inflação no Reino Unido registrou os mesmos 1,7% ao ano na última divulgação, a mesmo índice da Zona do Euro.

Uma preocupação na economia europeia é a situação da Alemanha, cuja indústria enfrenta um declínio expressivo devido à concorrência chinesa. Apesar desse desafio, a Alemanha possui uma dívida pública relativamente baixa em comparação com outros países desenvolvidos, o que proporciona margem para uma política fiscal mais expansionista.

Diante desse cenário global, a expectativa é que os ciclos de cortes nas taxas de juros continuem entre os principais bancos centrais, incluindo o Fed. Esse movimento pode atrair recursos para mercados emergentes como o Brasil. No primeiro semestre de 2024, o saldo líquido de investimentos estrangeiros foi negativo, totalizando R\$ 38,86 bilhões, mas espera-se uma reversão dessa tendência no futuro próximo. Nesse contexto, o fluxo de capital estrangeiro poderia impulsionar o Ibovespa, dado que a bolsa de valores brasileira é fortemente influenciada pela participação de investidores estrangeiros.





### 6.3. Cenários Alternativos

Diante da conjuntura apresentada, são apresentados dois cenários possíveis para 2025, um com viés positivo e outro com viés negativo.

- Cenário Otimista. Primeiramente, temos o cenário otimista para a economia brasileira em 2025, com a atividade econômica mantendo-se forte e superando as expectativas atuais. Apesar do vigor da economia e do mercado de trabalho aquecido, a inflação permanece dentro da meta estipulada pelo Banco Central. Isso se deve a fatores como o desempenho robusto do agronegócio, que aumenta a oferta de alimentos, e a um cenário externo favorável, impulsionado pelos estímulos econômicos da China.

Nos Estados Unidos, uma trégua na guerra comercial com a China pode permitir uma redução mais consistente das taxas de juros, beneficiando diretamente as economias emergentes. Com o aumento do diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos, pode haver uma entrada significativa de dólares na economia brasileira, o que aprecia o real em relação à moeda americana. Essa valorização ajuda a conter a inflação e permite o Banco Central iniciar o ciclo de cortes na taxa Selic na reunião de julho.

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro pode demonstrar um claro compromisso com a contenção de gastos e o respeito ao novo arcabouço fiscal, aliviando a pressão sobre os juros futuros e contribuindo para a queda da taxa Selic.

Ainda no cenário internacional, espera-se haver uma redução das tensões em conflitos como Rússia e Ucrânia e no Oriente Médio. Mesmo com o acirramento dos confrontos em 2024, o ano de 2025 pode ser marcado por um alívio nas tensões entre Israel e seus rivais históricos. Esse desfecho poderia ser alcançado graças à pressão internacional e eventuais acordos de paz.

- Cenário Pessimista. Outra possibilidade é um cenário pessimista para a economia brasileira no próximo ano. Nesse contexto, haveria um agravamento na condução da política fiscal, com um governo negando o cumprimento no já frágil arcabouço fiscal. Neste contexto, o mercado deterioraria ainda mais suas expectativas para os juros futuros, e a composição da dívida pública sofreria uma piora constante, dificultando o Tesouro na rolagem da dívida. Ao mesmo tempo, a aceleração econômica impulsionada pela política fiscal exigiria uma postura mais rigorosa do



Banco Central, que deveria elevar as taxas de juros para conter a economia e controlar a inflação, que já se mantém persistentemente fora da meta.

No cenário internacional, o avanço de uma agenda mais protecionista intensificaria a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, resultando em um aumento da inflação americana e interrompendo o ciclo de cortes de juros pelo Fed. Além disso, uma eventual escalada do conflito no Oriente Médio impactaria diretamente o comércio internacional, principalmente o preço do petróleo contribuindo para a elevação dos preços e inflação global.

#### 6.4. Projeções dos Cenários

A tabela abaixo apresenta a estimativa para as principais variáveis macro em cada um dos cenários citados.

	Cenário pessimista	Cenário base	Cenário otimista
Selic	13,18%	12,0%	8,50%
Inflação	6,04%	4,12%	3,50%
Juro real	6,73%	7,48%	4,83%
PIB	1,45%	1,94%	2,50%
Dívida bruta/PIB	83,00%	82,21%	80,61%
R\$ / US\$	R\$ 5,90	R\$ 5,50	R\$ 5,20
Resultado primário	-1,0%	-0,70%	0%
Ibovespa	125.000	150.000	160.000
S&P 500	6.000	6.600	7.200

Os valores do cenário base para a Selic, inflação, PIB, câmbio e resultado primário são baseados na divulgação mais recente do Relatório Focus<sup>3</sup>; a relação dívida/PIB foi extraída do último Relatório de Acompanhamento Fiscal da Instituição Fiscal Independente<sup>4</sup>.

No cenário otimista, a taxa Selic, que aumentaria 0,25 ponto percentual na primeira reunião do ano, começaria a cair a partir da reunião de julho, resultando em uma Selic final de 8,5% (dois cortes de 0,75 p.p e dois de 0,5 p.p), a mesma Selic esperada para 2025 de acordo com o Focus do início deste ano; a inflação otimista também segue a previsão do primeiro Boletim Focus de 2024; as projeções para PIB e a dívida pública

<sup>3</sup> Data de publicação: 18/11/2024.

<sup>4</sup> Relatório de Acompanhamento Fiscal – Set/2024.





refletem a divulgação recente da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda<sup>5</sup>; o resultado primário de 0% está alinhado com o cumprimento do arcabouço fiscal no próximo ano.

Já no cenário pessimista, o Banco Central manteria os juros altos em 2025. A Selic reflete a taxa DI de 01/01/2026<sup>6</sup>; a inflação é calculada através do valor observado do cupom de IPCA<sup>7</sup> e a taxa DI de janeiro de 2026; o PIB sofreria com o forte aumento da Selic, encerrando 2025 abaixo de 1,5%, o dólar alcançaria sua máxima histórica, e a dívida pública atingiria um patamar superior, impulsionada por um resultado primário de -1,0%, consequência de mais uma alteração no arcabouço fiscal que permitiria um déficit de 1,0% em 2025 e de 0,5% em 2026.

### 6.5.Segmentos de Aplicação

Considerando os cenários prováveis, serão elencados alguns pontos sobre a relação que se estabelece entre o cenário econômico projetado - tanto internacional, quanto nacional - e o seu possível impacto para os investimentos em 2025:

- Renda Fixa. Na renda fixa é importante que se acompanhe as decisões políticas que possam afetar as finanças públicas. Esse fator, conforme destacado anteriormente, ocasionou em grandes movimentações na curva de juros ao longo de 2024, e deve continuar a afetar a renda fixa nos próximos anos, principalmente após ruídos no controle de gestão orçamentária. Dessa forma, é esperado que especialmente os benchmarks de maior duration (IRF-M, IRF-M 1+, IMA-B e IMA-B 5+) apresentem volatilidade em decorrência do risco fiscal e movimento de deflação. Ao mesmo tempo, o possível aumento do prêmio de risco abre oportunidades para eventuais alocações com essas características. Benchmarks atrelados a inflação será o principal indexador para essa adição de risco em renda fixa, principalmente em momentos em que a parcela prefixada das taxas das NTN-B's estiverem em patamares atrativos em relação a inflação implícita. Benchmarks atrelados à taxa pré poderá ser usada apenas em alocações táticas, desde que tenha alguma sinalização de corte na taxa Selic no decorrer do ano.

<sup>5</sup> Publicado em 16/09/2024

<sup>6</sup> DIIF26. Data base: 19/11/2024.

<sup>7</sup> DAPF26. Data base: 19/11/2024.



Já os ativos de crédito privado também poderão ser usados em momentos oportunos, como alguma abertura do spread de crédito em decorrência das condições macroeconômicas. A seletividade e diligência na escolha dos emissores do título deve ser alta, assim como na seleção dos gestores e fundos de crédito.

Por fim, nesta classe de ativos, a maior parcela do portfólio deverá estar em ativos pós fixado por dois fatores em específico: (i) controle da volatilidade do portfólio alocado em duration longa e em ativos de renda variável, e (ii) por apresentarem retorno real compatível com a taxa de juro parâmetro, ex ante.

- Renda Variável Local. Dentre os cenários apresentados, não há uma clara definição dos eventos que pudessem beneficiar ativos de renda variável, apenas o fluxo de capital estrangeiro. Assim sendo, esta classe de ativo deverá representar a mínima parte das alocações do IMPAS.

É importante destacar que há uma alta correlação do índice Ibovespa com benchmarks de renda fixa com longa duration, sendo este, menos volátil que aquele, logo, deverá ser dimensionado o tamanho de uma eventual posição em bolsa com os ativos expostos a benchmarks como IMA-B e IMA-B 5+ para que não haja nenhuma exposição excessiva ao risco de mercado.

Ainda neste contexto, pode-se explorar outros ativos como os Exchange Traded Funds (ETF) para uma alocação mais tática e principalmente, fundos multimercados com sufixo hedge, a fim de não deixar o instituto exposto de forma direcional a esta classe de ativos.

- Renda Variável no Exterior. Os investimentos internacionais representam uma importante fonte de diversificação para o IMPAS ao permitir a redução da exposição do portfólio ao risco Brasil. Esse tipo de investimento pode funcionar como uma proteção para a carteira no caso de uma deterioração da conjuntura econômica brasileira, além de permitir o ganho com fatores que afetem positivamente a economia de outros países. Para esse segmento de investimentos, os principais fatores de risco que se apresentam para 2025 são os riscos geopolíticos.

Outro fator importante para alocações em fundos de investimentos no exterior é o câmbio, haja visto que a diferença entre juro nos EUA e Brasil pode beneficiar operações de carry trade, fazendo com que a moeda local se valorize frente ao dólar. Neste contexto, investimentos em fundos BDR e S&P deveriam ser feitos com hedge cambial.



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

IMPAS / SANTA LUZIA

**7. Estratégia de Alocação**

Considerando: (i) o cenário econômico projetado no ano corrente para 2025; (ii) a ausência de certificação do IMPAS no Pro-Gestão, e; (iii) os limites de alocação instituídos pela Resolução CMN 4.963/2021, abaixo é definida a estratégia de alocação adotada pelo IMPAS.

A coluna "estratégia alvo" se refere a um objetivo assertivo de investimento, baseado no cenário projetado na presente data. No entanto, as colunas "limite inferior" e "limite superior" tornam as decisões de alocação mais flexíveis, uma vez que tanto o cenário econômico quanto os investimentos são dinâmicos e variam no tempo.

Resolução CMN Nº 4.963/2021 – Classe	Limites da Política de Investimentos		
	Inferior	Estratégia Alvo	Superior
<b>Artigo 7º - Renda Fixa</b>			<b>84%</b>
I. a - Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional	0%	0%	100%
I. b - FI 100% Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional	0%	7%	100%
I. c - ETF - 100% Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional	0%	0%	100%
II - Operações Compromissadas	0%	0%	5%
III. a - FI Renda Fixa – Geral	0%	55%	60%
III. b - ETF - Índices de Renda Fixa – Geral	0%	0%	60%
IV - Ativos de RF de Emissão de Instituição Financeira Bancária	0%	18%	20%
V. a - FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior	Vedado		
V. b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	0%	4%	5%
V. c - FI Debêntures de Infraestrutura	Vedado		
<b>Artigo 8º - Renda Variável</b>			<b>7%</b>
I - FI Ações	0%	7%	30%
II - ETF - Índices de Ações	0%	0%	30%
<b>Artigo 9º - Investimento no Exterior</b>			<b>0%</b>
I - Fundo de Renda Fixa - Dívida Externa	Vedado		
II - FI - Sufixo "Investimento no Exterior"	Vedado		
III - FI de Ações – BDR Nível I	0%	0%	10%
<b>Artigo 10º - Investimento Estruturado</b>			<b>8%</b>
I - FI Multimercado – Aberto	0%	8%	10%
II - FI em Participações	Vedado		
III - FI "Ações - Mercado de Acesso"	Vedado		
<b>Artigo 11º - Fundos Imobiliários</b>			<b>1%</b>
FI Imobiliários	0%	1%	5%
<b>Artigo 12 – Empréstimo Consignado</b>			
Empréstimo Consignado	0%	Vedado	

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

A estratégia proposta tem como foco uma alocação predominante em ativos de renda fixa pós-fixados, por meio de fundos, seguida por ativos de emissão bancária, sempre em conformidade com os limites de rating estabelecidos no item 5.3. Essas duas principais vertentes de alocação buscam controlar a volatilidade do portfólio, permitindo futuras alocações nos artigos 8 e 10, bem como em ativos de renda fixa com maior duration, caracterizando assim, um portfólio do tipo *Barbell*. A microalocação seria estruturada da seguinte forma:

Artigo 4.963/2021	Estratégia Alvo
Artigo 7, I, b FI RF – Títulos Públicos	7%
IRF-M I	7%
Artigo 7, III, a - FI RF – Geral	55%
Referenciado DI	40%
IMA Geral	15%
Artigo 7, IV – Renda Fixa – Emissão Bancária	18%
IPCA +	18%
Artigo 7, V, b - FI RF – Crédito Privado	4%
CDI+	4%
Artigo 8º - Renda Variável	7%
BDR Nível I	7%
Artigo 10º - Investimento Estruturado	8%
S&P 500 com hedge	8%
Artigo 11º - Fundo Imobiliário	1%
Apenas manutenção do fundo ilíquido do portfólio	1%

Havendo mudanças significativas no cenário macroeconômico, o IMPAS poderá ter alocações acima ou abaixo da “estratégia alvo”, sempre respeitando os limites definidos como mínimo e máximo em cada artigo, incisos e alíneas.

## 7.1. Critérios de Seleção dos Ativos

As aplicações poderão ser realizadas por meio da compra de ativos finais ou de cotas de fundos de investimentos, desde que previamente credenciados juntamente com seus prestadores de serviço.

Os instrumentos de renda fixa são prioritários nas aplicações dos recursos do IMPAS em função, principalmente, dos riscos, da liquidez, da rentabilidade e dos prazos de investimentos associados às necessidades do IMPAS.





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

Os títulos públicos federais oferecem importantes oportunidades para agregar desempenho com destacada segurança, sendo fortemente adaptáveis às necessidades do IMPAS, no cumprimento de suas obrigações, desde que a taxa de juros negociada no mercado atenda à Meta Atuarial e seja adquirido após cotação em no mínimo 3 distribuidores distintos.

Os Títulos e Valores Mobiliários deste segmento, com risco de crédito elegível por esta Política e pela Resolução nº 4.963 do Conselho Monetário Nacional, que tenham expectativa de remuneração acima dos títulos públicos para o mesmo vencimento, serão considerados importantes instrumentos para agregar prêmios na gestão dos recursos.

A seleção de ativos deverá seguir cumulativamente os seguintes critérios:

Tipo	Critério
Títulos Públicos	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Ser adquiridos somente com taxa superior ou igual a Meta Atuarial;</li><li>➤ Ser adquiridos somente após cotação com no mínimo 3 participantes do mercado, sendo o firme dado com quem ofertar a melhor taxa;</li><li>➤ A precificação na curva somente poderá ser feita mediante estudo de ALM ou outro estudo que demonstre a capacidade do IMPAS manter o ativo no portfólio até o vencimento;</li><li>➤ O gestor de recursos deverá assinar termo de responsabilidade para os ativos que forem precificados na curva.</li></ul>
Ativos emitidos por instituição bancária	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Deverá possuir ao menos um dos ratings elencados no item 5.3;</li><li>➤ Deverá respeitar o limite de alocação elencado no item 5.3 para o seu rating;</li><li>➤ Poderá ser adquirido sem ALM, desde que o prazo máximo de vencimento seja de até 2 anos, salvo exceção se for adquirido com recursos de aporte financeiro;</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O gestor de recursos deverá assinar termo de responsabilidade no ato da aquisição, demonstrando que o ativo não causará risco de liquidez ao IMPAS.</li></ul>
Fundos de investimentos	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Somente poderá ser investido mediante credenciamento prévio do fundo e dos seus prestadores de serviço;</li><li>➤ Deverá conter um histórico mínimo de 48 meses de cota;</li><li>➤ Deverá possuir um patrimônio líquido médio nos últimos 12 meses superior a 60% do patrimônio líquido do IMPAS na data da alocação;</li><li>➤ Deverá ser gerido por gestoras que façam parte de conglomerados bancários que estejam presentes no segmento prudencial S1 e S2 do Banco Central.</li></ul>

Os critérios impostos nesta Política de Investimentos não incidem sobre os investimentos realizados em exercícios anteriores, quando da vigência de outra Política de Investimentos, para fins de enquadramento.

## 7.2. Vedações e Limites

A gestão dos recursos do Instituto segue princípios fundamentais de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação às suas obrigações e transparência. Assim, as decisões de alocação de recursos devem obedecer à estratégia estabelecida nesta Política de Investimento, além de observar as vedações e limites previstos na Resolução CMN 4.963/2021.

Destacam-se, dessa resolução, os limites aplicáveis a investimentos em um mesmo fundo de investimento:

- As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de cotas de fundos ou fundo de índice não podem exceder, direta ou indiretamente, 20% dos recursos do regime próprio de previdência social (RPPS), exceto nos casos em que o fundo tenha política de investimentos exclusivamente em títulos públicos ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos;
- O total investido em um mesmo fundo de investimento pelo IMPAS deve representar, no máximo, 15% do patrimônio líquido do fundo.





Em relação aos limites de alocação por emissor para investimentos em títulos e valores mobiliários, o IMPAS deverá observar:

- Até 100% do patrimônio total, se o emissor for o Tesouro Nacional;
- Até 20% do patrimônio total em instituições financeiras bancárias autorizadas pelo Banco Central do Brasil;
- Até 10% do patrimônio total para os demais emissores.

Por fim, cabe ressaltar as vedações e limitações impostas nesta Política de Investimentos, principalmente aquelas relacionadas no quadro de alocações do item 7.

## 8. Considerações Finais

Este documento estabelece as diretrizes que compõem a Política de Investimentos do IMPAS para o exercício de 2025, considerando o cenário econômico prospectivo e os investimentos, bem como a legislação vigente no momento de sua elaboração.

A Política de Investimentos poderá ser revisada ou ajustada conforme necessário, a fim de se adaptar a novas condições econômicas e/ou a eventuais mudanças na legislação. Qualquer revisão deverá ser devidamente justificada, aprovada pelo CMP do IMPAS, e divulgada por meio do site e/ou mural do Instituto.

Tanto a Política de Investimentos quanto suas possíveis alterações devem ser disponibilizadas aos servidores e demais interessados por meio do site do IMPAS, do Diário Oficial do Município, ou em local de fácil acesso ao público.

*Luete Reis, Equimauê*  
*Roberto Brandi & Jefferson*  
*Ugumond Juana Pladeira*

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

IMPAS / SANTA LUZIA

## 9. Anexos

## 9.1. Atestado de Credenciamento: Administrador, Gestor, Custodiante e Distribuidor

Número do termo de análise:

Categoria do credenciamento:

Ente federativo: Santa Luzia

Unidade gestora: Instituto de Previdência e Assistência Social

DADOS DA INSTITUIÇÃO INTERESSADA NO CREDENCIAMENTO	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	CEP:
Cidade:	UF:
Data de constituição:	Diretor responsável:
Data de registro CVM:	Categoria:
Situação:	Site:
Contatos:	
DUE DILIGENCE	
A instituição está presente na lista exaustiva da SPREV? (sim/não)	
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a CVM? (sim/não)	
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto ao Banco Central? (sim/não)	
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a ANBIMA? (sim/não)	
A instituição possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa	
A receita em decorrência de taxas com bases fixas é suficiente para cobrir os custos e os investimentos da empresa	
O patrimônio líquido da empresa representa mais do que 0,02% dos recursos financeiros sob gestão/administração/custódia/distribuição e mais do que R\$300.000,00 (trezentos mil reais)? (sim/não)	
HISTORICO	
Breve histórico sobre a constituição da empresa:	
Principais eventos societários tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário:	
Tipos e características dos serviços prestados (administração, planejamento patrimonial, controladoria, tesouraria, etc.):	
Tipos de valores mobiliários objeto de gestão/administração/custódia/distribuição:	
Controladores diretos e indiretos:	
Sociedades sob controle comum:	
Códigos e grupos de trabalho da ANBIMA em que a empresa segue ou contribui:	
Descrever o perfil dos recursos geridos/administrados/custodiados/distribuídos:	
ESTRUTURA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA	
Atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico:	
Em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas	
Em relação aos membros da diretoria, quais suas atribuições e poderes individuais?	
Como é a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços?	
Como os custos de transação de valores mobiliários são monitorados e minimizados?	
Em relação a cada um dos diretores, fornecer principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando:	



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

IMPAS / SANTA LUZIA

CPF:	Nome:	Cargo:	Atividade principal:	Data de entrada:	
<b>PERFIL DOS RECURSOS GERIDOS/ADMINISTRADOS/CUSTODIADOS/DISTRIBUIDOS</b>					
Descrição:				R\$	
Ações					
Debêntures e outros títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas não financeiras					
Títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras					
Cotas de fundos de investimento em ações					
Cotas de fundos de investimento em participações					
Cotas de fundos de investimento imobiliário					
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios					
Cotas de fundos de investimento em renda fixa					
Cotas de outros fundos de investimento					
Derivativos (valor de mercado)					
Outros valores mobiliários					
Títulos públicos					
Outros ativos					
<b>VOLUME TOTAL DE RECURSOS</b>					
<b>REMUNERAÇÃO</b>					
Sobre a receita auferida nos últimos 36 meses, em valores percentuais, ela é proveniente de:					
Taxa com base fixa:	Taxa de performance:	Taxa de entrada:	Taxa de saída:	Outras:	
<b>PRODUTOS E/OU FUNDOS DE INTERESSE DO IMPAS</b>					
Nome:		CNPJ:	Enquadramento:		
<b>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA – VALIDADE DAS CERTIDÕES APRESENTADAS</b>					
Federal	Estadual	Municipal	FGTS	CNDT	Falência
<b>DECLARAÇÕES</b>					
Tipo			Data de emissão		
Condenação CVM					
Condenação BACEN					
Idoneidade					
Veracidade					
Ciência dos dispostos no edital de credenciamento					
Veracidade da documentação apresentada					

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), realizaram o prévio credenciamento da instituição acima qualificada. Com base nos critérios analisados, a instituição encontra-se apta a ser credenciada e manter relacionamento com este RPPS.

Esta análise de credenciamento observou o § 3º do art. 1º da Resolução, onde, dentre os critérios, foram observados o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional,



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**IMPAS / SANTA LUZIA**

padrão ético e de conduta. Os parâmetros utilizados para credenciamento estão previstos nos Arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o Art. 106, IV, dispõe que:

“A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

Logo, a utilização desse modelo de credenciamento, buscou evidenciar as exigências da Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 onde tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos para alocação deste RPPS.

Santa Luzia, xx/xx/2025

COMITE DE INVESTIMENTOS DO IMPAS		
CPF:	Nome:	Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Helenice de Freitas  
Presidente e Gestora de Recursos - IMPAS

\_\_\_\_\_  
Pela IF interessada no credenciamento



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

IMPAS / SANTA LUZIA

**9.2. Atestado de Credenciamento: Emissor de Renda Fixa**

Número do termo de análise:

Ente federativo: Santa Luzia

Unidade Gestora: Instituto de Previdência e Assistência Social

DADOS DA INSTITUIÇÃO INTERESSADA NO CREDENCIAMENTO				
Razão Social:		CNPJ:		
Endereço:		CEP:		
Cidade:		UF:		
Data de constituição:		Diretor responsável:		
Data de registro CVM:		Categoria:		
Situação:		Site:		
Contatos:				
Tipos de carteiras		Data de início		
DUE DILIGENCE				
A instituição está presente na lista exaustiva da SPREV? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a CVM? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto ao Banco Central? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a ANBIMA? (sim/não)				
A instituição possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa figure no polo passivo? (sim/não)				
HISTORICO DO BANCO				
Breve histórico sobre a constituição da empresa:				
Principais eventos societários tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário:				
Tipos e características dos serviços prestados (administração, planejamento patrimonial, controladoria, tesouraria, etc.):				
Tipos de valores mobiliários objeto de administração:				
Controladores diretos e indiretos:				
Sociedades sob controle comum:				
Códigos e grupos de trabalho da ANBIMA em que a administradora segue ou contribui:				
ESTRUTURA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA				
Atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico:				
Em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas				
Em relação aos membros da diretoria, quais suas atribuições e poderes individuais?				
Como é a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços?				
Em relação a cada um dos diretores, fornecer principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando:				
CPI:	Nome:	Cargo:	Atividade principal:	Data de entrada:
RESUMO DO ÚLTIMO BALANÇO				
Data de referência:	Índice de Basileia:		Índice de Imobilização:	
Lucro líquido:	Patrimônio Líquido:			
Ativo Total:	Captações:			
Carteira de Crédito:	Patrimônio de Referência:			
Lucro Líquido 2022:	Lucro Líquido 2023:	Lucro Líquido 2024:		
RESUMO DE CAPTAÇÕES (EM MILHÕES)				



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**IMPAS / SANTA LUZIA**

Tipo	Ref. 31/12/2022	Ref. 31/12/2023	Ref. 31/12/2024	
Depósito à vista				
Depósito em poupança				
Outros depósitos				
Letras Financeiras				
Demais captações				
<b>TOTAL CAPTADO</b>				
<b>PRODUTOS DE INTERESSE DO IMPAS</b>				
Nome:	ISIN:		Enquadramento:	
<b>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA</b>				
CND Federal:	CND Estadual:	CND Municipal:	CND FGTS:	CND TRT:

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), realizaram o prévio credenciamento da instituição acima qualificada. Com base nos critérios analisados, a instituição encontra-se apta a ser credenciada e manter relacionamento com este RPPS.

Esta análise de credenciamento observou o § 3º do art. 1º da Resolução, onde, dentre os critérios, foram observados o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético e de conduta. Os parâmetros utilizados para credenciamento estão previstos nos Arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o Art. 106, IV, dispõe que:

“A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

Logo, a utilização desse modelo de credenciamento, buscou evidenciar as exigências da Resolução CMN e a Portaria MTP nº1.467/22 onde tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos para alocação deste RPPS.

Santa Luzia, xx/xx/2025

<b>RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE</b>			
CPF:	Nome:	Cargo:	Assinatura:

Helenice de Freitas  
Presidente e Gestora de Recursos - IMPAS

Pela IF interessada no credenciamento



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

IMPAS / SANTA LUZIA

**9.3. Atestado de Credenciamento: Agente Autônomo de Investimento**

Número do termo de análise:

Ente federativo: Santa Luzia

Unidade Gestora: Instituto de Previdência e Assistência Social

DADOS DA INSTITUIÇÃO INTERESSADA NO CREDENCIAMENTO				
Razão Social:			CNPJ:	
Endereço:			CEP:	
Cidade:			UF:	
Data de constituição:		Diretor responsável:		
Data de registro CVM:		Categoria:		
Situação:		Site:		
Contatos:				
DUE DILIGENCE				
A instituição está presente na lista exaustiva da SPREV? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a CVM? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto ao Banco Central? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a ANBIMA? (sim/não)				
A instituição possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa				
A receita em decorrência de taxas com bases fixas é suficiente para cobrir os custos e os investimentos da empresa com a atividade de administração de carteira de valores mobiliários? (sim/não)				
HISTÓRICO DO ESCRITÓRIO DE AAI				
Breve histórico sobre a constituição da empresa:				
Principais eventos societários tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário:				
Dados da instituição integrante do sistema de distribuição em que o escritório possui contrato firmado (Nome, CNPJ, endereço).				
Tipos de valores mobiliários objeto de distribuição:				
Controladores diretos e indiretos:				
Sociedades sob controle comum:				
Códigos e grupos de trabalho da ANBIMA em que o escritório de AAI segue ou contribui:				
ESTRUTURA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA				
Atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico:				
Em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas				
Em relação aos membros da diretoria, quais suas atribuições e poderes individuais?				
Como é a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços?				
Detalhe como é a Política de Negociação de Valores Mobiliários e Política de Combate à Lavagem de Dinheiro a ser seguida por				
Em relação a cada um dos diretores, fornecer principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando:				
CPI:	Nome:	Cargo:	Atividade principal:	Data de entrada:
REMUNERAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE AAI				
Sobre a receita auferida nos últimos 36 meses, em valores percentuais, ela é proveniente de:				



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**IMPAS / SANTA LUZIA**

Modelo de taxa fixa ( <i>fee based</i> )		Modelo de comissão ( <i>commission based</i> )		
<b>PRODUTOS E/OU FUNDOS DISTRIBUIDOS PELO AAI</b>				
Nome		CNPJ	Enquadramento	
<b>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA</b>				
CND Federal	CND Estadual	CND Municipal	CND FGTS	CND TRT

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), realizaram o prévio credenciamento da instituição acima qualificada. Com base nos critérios analisados, a instituição encontra-se apta a ser credenciada e manter relacionamento com este RPPS.

Esta análise de credenciamento observou o § 3º do art. 1º da Resolução, onde, dentre os critérios, foram observados o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético e de conduta. Os parâmetros utilizados para credenciamento estão previstos nos Arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o Art. 106, IV, dispõe que:

“A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

Logo, a utilização desse modelo de credenciamento, buscou evidenciar as exigências da Resolução CMN e a Portaria MTP nº1.467/22 onde tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos para alocação deste RPPS.

Santa Luzia, xx/xx/2025

RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE			
CPF:	Nome:	Cargo:	Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Helenice de Freitas  
Presidente e Gestora de Recursos - IMPAS

\_\_\_\_\_  
Pelo escritório interessado no credenciamento





INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPAS / SANTA LUZIA

9.4. Atestado de Credenciamento: Fundo de Investimento

DADOS CADASTRAIS

Fundo:

Segmento:

Tipo de Ativo:

Data da análise:

Conclusão do Credenciamento:

INSTITUIÇÕES

Administrador:

Gestor:

Art. 21º da Resolução 4963/2021:

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Data de Início:		
Categoria de Investidor:		
Prazo de Resgate:		
Taxa de Performance:		
Índice de Referência:		
Carência:		
Taxa de Administração:		
Caso possua alocação em cotas de outros fundos, preencha as informações abaixo:		
CNPJ	Enquadramento	Alocação (%)
Informações referentes à: xx/xx/xxxx.		
Caso possua ativos emitidos por emissores privados, preencha as informações a seguir:		
Ativos financeiros não emitidos por instituição financeira.		
Ativos financeiros não emitidos por cias abertas, operacionais e registradas na CVM.		
Ativos financeiros emitidos por securitizadoras (CRI ou CRA).		
Ativos financeiros que não são cotas de classe sênior de FIDC.		
Ativos financeiros ou que os respectivos emissores não são considerados de baixo risco de crédito.		
Informações referentes à: xx/xx/xxxx.		

CONCLUSÃO DA ANÁLISE

- Análise do regulamento e demais documentos disponibilizados pelo gestor do fundo de investimento e os riscos inerentes às operações previstas:



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**IMPAS / SANTA LUZIA**

- Adequação das características do fundo frente às necessidades de liquidez do IMPAS:
- Adequação da política de seleção, alocação e diversificação de ativos e, quando for o caso, a política de concentração de ativos:
- Avaliação dos dados comparativos no que se refere aos custos, retorno e risco de fundos de investimento similares
- Verificação da compatibilidade entre o objetivo de retorno do fundo de investimento, a política de investimento do fundo, o limite de risco divulgado pelo gestor, quando couber, e eventual adequação do parâmetro utilizado para a cobrança da taxa de performance:
- Verificação das hipóteses de eventos de avaliação, amortização e liquidação, inclusive antecipada, quando aplicável:
- Verificação do histórico de performance do gestor em relação à gestão do fundo de investimento e de demais fundos por ele geridos:
- Em caso de fundos de investimento cujas carteiras sejam representadas, exclusivamente ou não, por cotas de outros fundos de investimento, deverá ser verificado que a carteira dos fundos investidos atende aos requisitos previstos em Resolução do CMN:

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO, COTISTA E PERFORMANCE**

PERÍODO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO							COTISTA			
Atual													
Médio em 12 meses													
Médio em 24 meses													
2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
Fundo													
Bench.													
◇ Ben.													
2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
Fundo													
Bench.													
◇ Ben.													
2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
Fundo													
Bench.													
◇ Ben.													
2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
Fundo													
Bench.													
◇ Ben.													





### RENTABILIDADE ACUMULADA

ATIVO	RENTABILIDADE	VOLATILIDADE	I.S
Benchmark			
Informações referentes à: xx/xx/xxxx.			

### COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

ATIVO	POSIÇÃO R\$	% DA CARTEIRA

### ATESTADO DE CREDENCIAMENTO

Ao assinar o Credenciamento, os responsáveis atestam que:

- Possuem conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do IMPAS;
- Este documento não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos no fundo, devendo o IMPAS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do IMPAS;
- Estão cientes de que a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura, e que não há qualquer tipo de garantia, implícita ou explícita, prestada pelo emissor deste relatório e/ou empresas coligadas, ou por qualquer mecanismo de seguro, ou ainda pelo Fundo Garantidor de Crédito.

NOME	CPF	ASSINATURA
U		